

# REVISTA HISTORAR

*José Italo Bezerra Viana*

Doutorando em História Social pela UFC.

*A “TENDÊNCIA ARDOROSA DE CRATIZAR O CARIRI”: escrita da história e representações do passado na produção do Instituto Cultural do Cariri*

## Resumo

---

As representações do passado, a escrita da história e a construção de uma memória histórica para a cidade do Crato, região sul do Ceará, são objetos de análise desse artigo, que analisa a produção do Instituto Cultural do Cariri na busca de uma identidade social coesa para uma cidade que procurava se definir como civilizada e moderna a partir dos anos 1950.

**Palavras-Chave:** Representações - Escrita da História – Memória - Crato.

---

## Résumé

---

Représentations du passé, l'écriture de l'histoire et la construction de la mémoire historique de la ville de Crato, sont des objets d'étude dans le présent document, qui analyse la production de l'Institut culturel de Cariri à la recherche d'une identité sociale solidaire pour une ville qui cherché à se définir comme civilisés et moderne dans les années 1950.

**Mots-clés:** Représentations - Écriture de l'histoire – Mémoire - Crato.

A década de 1950 na cidade do Crato, situada na região do Cariri, sul do Estado do Ceará, foi marcada por um duplo fenômeno de rememoração. De um lado, os festejos pelo centenário de elevação à categoria de cidade, efeméride comemorada em Outubro de 1953, celebravam o que parecia ser o destino de uma sociedade orientada para o caminho da glória e do progresso. De outro, os discursos alusivos a diferentes temporalidades tomavam o passado e o futuro como as fontes de referência e entusiasmo para o presente de uma cidade idealizada.

A compreensão do passado como um território privilegiado criou, assim, um grupo intelectual que atribuiu para si a missão e função social de intervenção cultural e política. Esse grupo, que fundou o Instituto Cultural do Cariri, pretendeu alcançar uma uniformidade capaz de definir, organizar e explicar os fragmentos esparsos da cultura regional, de modo a aproximar diferenças e anular contradições.

Afeiçoados à tarefa de construir histórias e conceber memórias, os membros do ICC ansiavam por fazer o passado do Crato adquirir uma centralidade ímpar. As comemorações do centenário da cidade serviram, então, de base para a construção de uma tradição que buscou atestar um passado edificado pela bravura de “grandes homens” e seus supostos feitos gloriosos.

Este artigo visa, então, demonstrar como a criação do Instituto Cultural do Cariri contribuiu para a produção de uma historiografia assentada num inventário de lembranças que articulando presente, passado e futuro, procurava naturalizar a ideia de superioridade do Crato em relação às demais cidades da região do Cariri. Dessa forma, as representações do passado construídas pelos membros do ICC em livros de história, artigos de jornais e revistas, trataram de estabelecer os marcos históricos do passado do Crato na tentativa de singularizar sua trajetória no tempo.

Com efeito, a historiografia produzida a partir daquele momento construiu uma visão de história local justificada num caráter heroico do cratense, cujos “lances de patriotismo” teriam ajudado a construir a nação. O propósito que se revelava com essa visão de história era o de congregar toda a sociedade, criando valores comuns e legítimos que fossem capazes de promover, até onde era conveniente, a unidade social e o progresso local. Desse ângulo de visão, a história do Crato foi sendo apresentada com um sentido pedagógico, articulando nacional e local, e acentuando o pretense caráter de um povo destemido que teria edificado sua própria grandeza ao longo do tempo.

Para cumprir esse papel pedagógico, os membros do ICC elegeram um episódio para ser considerado como responsável por projetar o Crato às páginas da história: a *Revolução Pernambucana de 1817*. Essa revolta foi tida por alguns como a “prova” cabal do “espírito libertário da gente cratense” (Jornal A AÇÃÃO, 18/01/1969. p, 06). Falou-se também da participação dos cratenses na Independência do Brasil (1822), na expedição contra as tropas de Fidié no Maranhão e no Piauí

(1823), na Confederação do Equador (1824) e na luta entre os liberais cratenses e os partidários da restauração, da cidade de Jardim, capitaneados por Joaquim Pinto Madeira, em 1831.

O eixo explicativo da abordagem historiográfica do ICC partiu da premissa de um passado de glórias que deveria ser compreendido como *predestinação*. Nesse sentido, o gesto que retracava a trajetória histórica da cidade era o mesmo em que residia a certeza de sua *natural* vocação ao progresso.

### 1- O momento inaugural do Instituto Cultural do Cariri: projeto e missão.

Criado na manhã do dia 04 de outubro de 1953, em reunião realizada no salão da biblioteca pública municipal, o ICC foi formalmente instalado no dia 18 do mesmo mês, como uma das partes do programa dos festejos do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. No Salão Nobre do Colégio Diocesano, “pessoas gradas, inclusive figuras representativas do mundo intelectual cratense e convidados especiais chegados por ocasião das festas do primeiro centenário desta cidade” acompanharam a sessão de posse da primeira diretoria do Instituto Cultural do Cariri, conforme o registrado nas atas do referido instituto.

Tido como um centro socializador daqueles que, de algum modo, comungavam de um mesmo horizonte de ideias e pensamentos, o ICC reuniu nomes que acreditavam que a história do Crato era exemplo de virtudes morais, cívicas e culturais, inscritas na tradição iluminista de civilização e progresso. Participavam deste grupo médicos, advogados, políticos, padres, professores e outras figuras que, a despeito de suas formações acadêmicas, atuaram como historiadores e foram reconhecidos como tal, dedicando esforços e atividade intelectual à construção de uma cronologia para a cidade aniversariante.

Nos discursos produzidos pelo ICC, a cidade do Crato aparece como “terra da liberdade”, como um lugar que estaria desde sempre envolvido em lutas políticas que enfeixariam “em livro de ouro suas batalhadas glórias”:

Se de Terra da Luz chamou José do Patrocínio ao heróico Ceará da abolição escravista, não seria injustiça afirmar que o Crato foi a Terra da Liberdade. Sua vida política do passado e suas reivindicações através dos tempos formariam, numa feliz síntese histórica, seu pedestal de cidade atuante e civilizada [...]. Do seu descobrimento nos remotos fins do século XVII ou começos do século XVIII, a 17 de Outubro de 1853, data de sua elevação à categoria de cidade, o Crato enfeixou em livro de ouro as suas batalhadas glórias e seus assinalados varões, e traçou no calvário dos seus maiores sacrifícios em prol da liberdade, o destino dos seus heróicos filhos (NASCIMENTO, 1998, pp. 12 e 15).

Por tal diagnóstico, o Crato teria considerável importância na vida política do Brasil porque, desde “os remotos fins do século XVII até 17 de Outubro de 1853”, teria sido destacada sua participação nos movimentos republicanos que eclodiram no Brasil. Sendo assim, parecia óbvio aos membros do ICC que, *desde sempre* a cidade do Crato teria levado a *civilização* para as demais cidades da região do Cariri e para o Ceará como um todo.

Acreditava-se, portanto, que seu *progresso* poderia ser considerado como consequência de sua própria história. Assim, pensou-se haver razões suficientes para que o Instituto Cultural do Cariri se dispusesse a enaltecer o passado, narrando “numa feliz síntese histórica” toda a herança legada pelos “seus heróicos filhos”.

Em face do momento comemorativo, tornava-se clara e necessária aos membros do ICC uma nova obra de construção. Ora, se os antepassados se dispuseram aos “maiores sacrifícios em prol da liberdade”, o grupo reunido em torno do Instituto Cultural do Cariri definia para si uma função social e um papel histórico: deixar marcada, pela historiografia, a referência do Crato como cidade pioneira das fronteiras civilizadoras.

Construída num campo restrito de letrados, a produção historiográfica pelos Institutos Históricos não foi, contudo, um privilégio do Crato. Esse procedimento há muito tempo era praticado no Brasil, pelo menos desde 1838, quando no Rio de Janeiro foi fundado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Como objetivo principal, o IHGB propunha marcar a passagem de um “Brasil sem história” para um “Brasil com história”. Uma das ideias era que, com a criação de Institutos Históricos locais, as partes se somariam e o todo formaria a história nacional, daí, a ênfase sobre o local e o regional, no momento de consolidação do Estado Nacional brasileiro (GUIMARÃES, 1998). Enfim, sistematizar a história do Brasil e, através dela, dar uma identidade à nação, era a tarefa a que se propunha essa entidade.

De acordo com Lília Schwarcz (1993), o aparecimento de congêneres do IHGB em várias províncias ajudava a compor uma “história total” para o Brasil. Os Institutos de São Paulo, de Pernambuco e do Ceará são alguns exemplos de associações que levaram à frente o projeto de construção da história do Brasil proposto pelo IHGB.

Nesse intuito de elaborar um estudo metódico, de organizar pesquisas, de busca exaustiva de documentos, eventos e personagens, foi fundado em 1887, no Ceará, o Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico. Segundo o historiador Almir Leal de Oliveira, aquela instituição apoiava-se na idealização de um passado histórico para singularizar a trajetória dos cearenses. De tal maneira, em sua fundação

[...] o Instituto Histórico do Ceará revelou o objetivo central da sua ação de construtor da memória cearense: “fazer conhecida a história para propagação das letras e ciências da província”. Não que os acadêmicos do Instituto Histórico do Ceará partissem do ponto zero da historiografia local, mas o

sentido acadêmico conferiu a eles um poder fundador que, mesmo ignorando as publicações de estudos históricos anteriores, pretendia ser capaz de reordenar, classificar e re-nomear as particularidades da história cearense diante da nação (2001, p.31).

Em que pese as especificidades do momento histórico de seu surgimento, o Instituto do Ceará foi o fornecedor dos fundamentos para o trabalho historiográfico desenvolvido pelo ICC. Foi, inclusive, um dos seus presidentes, Tomaz Pompeu Sobrinho, quem sugeriu a Irineu Pinheiro, no ano de 1952, a fundação, no Crato, de uma instituição congênere daquele instituto e a ele hierarquizado. A sugestão de Tomaz Pompeu alimentou, então, “o sonho da criação [...] de um centro que promovesse, estimulasse, coordenasse e dirigisse esforços intelectuais realmente relacionados ao Cariri, principalmente com a sua crônica histórica” (ARAÚJO, 1971, p, 21). Outro destacado membro do Instituto do Ceará, o historiador Raimundo Girão, foi quem sugeriu o nome da entidade cratense.

Com o objetivo de incentivar o estudo da história do Cariri, especialmente aquela relacionada ao Crato, o Instituto Cultural do Cariri tomou para si a missão de construir, pelas “letras históricas,” um discurso do Crato como cidade *naturalmente* destinada a ser um centro de civilização e progresso. Cientes de que não seria tarefa fácil, os membros do ICC adotaram como divisa a expressão *ad astra per áspera*, cujo sentido remete ao alcance da glória e do triunfo pelos caminhos ásperos e estreitos.

Para cultivar esse tipo de seara histórica, o critério de admissão aos quadros do Instituto Cultural do Cariri dava-se fundamentalmente pela via da produção intelectual em uma das áreas de atuação do ICC, quais sejam: ciências, letras, artes, história e geografia. Para assumir uma vaga, o novo membro deveria apresentar publicamente um trabalho sobre o patrono da cadeira que iria ocupar. De acordo com o preconizado no estatuto da instituição, este trabalho teria, obrigatoriamente, de ser publicado na revista *Itaytera*, órgão oficial do ICC, que passou a ser impressa a partir do ano de 1955.

Assim procedendo, os membros do ICC estavam convencidos de que trabalhavam “para elevação intelectual do meio, pugnando para que o interior [pudesse ter] outro nível de vida e não [ocupasse] lugar inferior” (Jornal A AÇÃO, 29/07/1972. p, 05.) Dessa maneira, havia no estatuto da entidade a proposta de criar uma biblioteca e um arquivo em que fossem guardados documentos históricos, livros, mapas, autógrafos ou outro qualquer material que fosse obtido pelo Instituto ou a ele oferecido. Além de ter sob a sua guarda esse material, o ICC propunha estabelecer intercâmbio com entidades congêneres, nacionais e estrangeiras, através dos sócios correspondentes.

Ademais, a intenção dos sócios fundadores era fazer do ICC um lugar de referência para outros estudiosos, tornando a instituto “em ponto de visitas obrigatórias de literatos, artistas e cientistas de fora, procedentes até do estrangeiro” (Revista ITAYTERA, nº 06, 1961. p, 03), na

tentativa de legitimar o seu lugar de maior incentivador da memória e da história do Crato.

Essa busca de legitimação do lugar social do ICC estendia-se também à tentativa de corroborar a imagem do Crato, e de seus moradores, como terra de gente ordeira e civilizada, para a qual os membros do Instituto deveriam ser os primeiros a dar exemplo. De tal maneira, o artigo catorze do estatuto estabelece os critérios que tornariam o sócio passível de suspensão: “(b) conduzir-se mal em sessão ou na sociedade, tendo recebido advertência na primeira vez e censuras públicas na segunda; c) menosprezar de público os atributos e objetos do Instituto, seus fins e organização”.

Na prática este artigo implicava uma ingerência direta, uma possibilidade de intervenção do Instituto na vida pessoal de seus membros. Reivindicava e punha à prova uma homogeneidade das práticas e representações produzidas naquele lugar, o que não quer dizer que conseguisse.

Tomou corpo, assim, uma urdidura que tentava unir num mesmo tecido o comportamento individual com a sociedade, com a Instituição, com aquilo que no ICC se acreditava ser coisa de gente *desde sempre* civilizada, voltada para o ordenamento moral, como fosse algo *naturalmente* cratense.

Tais virtudes foram valorizadas no discurso que o médico Irineu Pinheiro proferiu por ocasião da solenidade de posse da primeira diretoria, em que assumiu como presidente. Ele ressaltou o papel que teria sido desempenhado pelos cratenses nos “grandes movimentos libertadores nacionais”, enfatizando aquela atuação como fosse a maior contribuição legada pelos “heróis” do passado. Para assegurar que com o passar dos anos esse legado não seria esquecido, seu discurso reivindicava também uma pesquisa sistemática e preservacionista acerca do passado.

Sobre esse assunto, Irineu Pinheiro se pronunciou da seguinte forma:

No Brasil, país vasto, de tradições inda frágeis, deve preocupar-nos, de modo especial, a unidade pátria. Não se esqueça que nada apertará mais os laços que nos devem unir, como nação independente, que os estudos históricos, a pesquisa de documentos, sua interpretação, o conhecimento exato do que fizeram nossos antepassados de digno e de heróico, na paz e na guerra. Sigamos nós [...] o exemplo de Guizot, buscando salvar o que nos resta em arquivos e cartórios e reaver, se possível, o que se acha desaparecido, há tantos anos, por incúria, por questões políticas à mão armada, por interesses particulares (PINHEIRO, 1963, p. 555).

Convencido de que a construção social e simbólica do passado se dava pela via dos estudos históricos, Irineu Pinheiro aproveitou para colocar em pauta a questão da pesquisa e coleta sistemática de documentos. Para ele, “salvar o que resta[va] em arquivos e cartórios” era o único meio de fortalecer as tradições e assegurar “o conhecimento exato do que fizeram nossos antepassados de digno e de heroico.”

Note-se que Irineu Pinheiro não se afastava da ideia de reconstituição interpretativa do

passado, o que denota sua vontade de construir uma história científica, comprometida com a pretensa verdade dos fatos. Mas, essa história que se propunha científica pode ser também definida como uma história essencialmente política, protagonizada por grandes homens, que visava extrair lições práticas do passado, seguindo a crença de que tais lições definiriam quais modelos sociais, culturais e políticos deveriam orientar as novas gerações. Vale ressaltar que a referência que Irineu Pinheiro fez a François Guizot não apareceu de forma gratuita e/ou diletante. Isso porque, quando assumiu o ministério da instrução pública francesa, entre os anos 1832 e 1837, Guizot foi o artífice da construção de uma memória nacional na França. Preocupado em difundir o estudo e o gosto pela história nacional, ele criou a Sociedade da História da França, cujo trabalho se orientou especialmente pela procura de documentos originais (DOSSE, 2003, p.275).

Assim, ao estabelecer o caso do historiador francês como modelo a ser seguido, Irineu Pinheiro demonstrava entender que a constituição de arquivos cumpria o papel de apreensão completa do passado e que, por meio dos documentos ali encontrados, os estudos históricos promovidos pelo ICC configurariam uma identidade social e uma memória oficial. Nessa perspectiva, deve-se compreender que quando Irineu Pinheiro falava em “apertar os laços que nos devem unir”, sua preocupação mais efetiva correspondia à constituição de uma identidade local: ser cratense. E esse *ser cratense*, em uma escala maior, visava à formação de uma identidade regional: ser caririense.

Para Irineu Pinheiro, *ser cratense* era ter assegurado um lugar na ordem civilizatória, porque, supostamente, teria sido no Crato que se deu a ascensão do “estalão moral” de toda a região do cariri. Vejamos:

No meado do século XIX começou a ascender o estalão moral da sociedade do Crato, que podemos considerar padrão de toda a zona caririense. Até então era inferior o nível de moralidade do lugar. Um dos motivos do aperfeiçoamento dos costumes foi a imigração [...] de famílias, especialmente do Icó, cujo esplendor principiava a declinar. Fixaram-se na nova terra fértil, menos sujeita às crises climáticas enriquecendo-as com seu labor e, portanto, civilizando-as os Alves Pequenos, os Candeias, os Bilhares, os Garridos, os Linhares, os Gomes de Matos e outros cujas descendências se prolongaram até nós. Frutificaram os bons hábitos familiares dos recém-vindos (PINHEIRO, 2009, p. 89).

A transferência dos comerciantes do Icó era tão superestimada por alguns membros do ICC que chegou mesmo a ser comparada à mudança da corte portuguesa para o Brasil, trazendo consigo instituições e práticas da civilização europeia. Nessa comparação, as famílias de comerciantes que migraram para o Crato teriam levado junto à mudança os valores de progresso e civilização que teriam gestado o “aperfeiçoamento dos costumes” e possibilitado o “adiantamento moral e material do Cariri” (Idem, p.05). É preciso dizer que entre os “civilizadores” elencados por Irineu Pinheiro, encontravam-se os membros da família Alves Pequeno, da qual o próprio Irineu

fazia parte.

Além da família de Irineu Pinheiro, os familiares de outros membros do ICC foram incluídos como civilizadores do Crato e do Cariri. Nesse sentido, não parece exagero inferir que o grupo reunido em torno do ICC advogava em causa própria, pois na sua maioria era composto pelos descendentes dos “civilizadores” daquela porção sul do Ceará.

Projetar o passado, portanto, pareceu-lhes como tarefa do dever moral, como uma missão. Seria essa projeção que ofereceria as oportunidades de crescimento, tanto financeiro como sociocultural, da cidade do Crato. Desse modo, era interessante e necessária para o ICC a narrativa do passado que, pelo seu caráter utilitário, servia como base para a construção e divulgação do projeto do Instituto Cultural do Cariri.

De tudo quanto foi dito até aqui, é possível afirmar que o projeto do ICC era impulsionar uma história de feitos memoráveis, dignas de vida eterna, repleta de bons exemplos. Assim, esse grupo se entendia como *sucessor natural* de uma história que afirmava a possibilidade de um progresso ilimitado e que estabelecia uma linha de continuidade entre o passado e o presente.

Não se pense com isso que o ICC não se preocupou com um trabalho significativo de investimento da lembrança. Pelo contrário, certamente foi uma das instituições letradas que mais o fez, mas dentro de um horizonte de expectativas que investiu consciente, e de maneira eficiente, na busca de tradições *naturalmente* cratenses, com destaque para as que se referiam a uma herança letrada e a um passado histórico.

Esse trabalho de consolidação de um passado comum e a tentativa de enquadramento de uma memória de grupo, bem como a construção de uma identidade social coesa, pode ser bem percebido nas páginas da revista *Itaytera*, órgão oficial do Instituto Cultural do Cariri. Os textos ali apresentados buscaram ajustar as necessidades do presente às glórias de um passado histórico, na configuração de uma memória coletiva e de uma identidade local.

A seguir, será possível perceber como na revista *Itaytera* foi elaborado um discurso de valorização positiva de determinados eventos e personagens, na busca de uma relação significativa entre representação do passado, projetos de futuro e identidade local.

## **2- A Revista Itaytera e a “tendência ardorosa de cratizar o Cariri”.**

No editorial de lançamento da revista *Itaytera*, o historiador Figueiredo Filho disse que a razão precípua daquela publicação seria “a defesa intransigente da região caririense.” A promessa era de que, pelas suas páginas, se travaria uma luta pela melhoria do “nível cultural e pelo bem estar da região.” A tal defesa do Cariri foi explicada nos seguintes termos: “Já passou a época da preponderância absoluta do litoral em todos os setores da vida. No interior [...] é onde pulsa o

verdadeiro coração do Brasil [...]. Não podemos viver mais em regiões estanques” (1955, p.01).

Em outro texto, o mesmo autor traçava aquele que seria o talhe da escrita de Itaytera:

É a voz da terra que conclama a todos para o trabalho comum de seu engrandecimento [...]. Pugnamos, sem desfalecimento, para o alevantamento moral, intelectual e material da região [...]. Itaytera nasceu para defender as coisas e costumes do Cariri [...] luta e quer vencer, para a região impor-se, como força de renovação da interlândia (ITAYTERA, n° 02, 1956, p. 02).

A ideia, portanto, era que a criação da revista fosse encarada como mais um dos inúmeros esforços empreendido pelo ICC para garantir o “alevantamento moral, intelectual e material” das cidades da região do Cariri, com forte crítica a uma suposta “preponderância absoluta do litoral.” Propunha-se, nesse sentido, uma “renovação da interlândia” pela crença de que “no interior, pulsa[va] o verdadeiro coração do Brasil.”

Tal projeto foi apresentado por meio de um discurso que tentava eleger “as coisas e costumes do Cariri” como única e definitiva solução para o seu engrandecimento. Em outros termos, a essa publicação foi atribuído um papel estratégico de impacto político e social: conduzir, a partir do Crato, o progresso moral e material da região do Cariri. Nas páginas da revista Itaytera esse projeto foi traduzido como a “tendência ardorosa de cratizar o Cariri” (ITAYTERA, n° 5, 1969, p. 78).

O lastro dos argumentos apresentados na Itaytera entendia que o passado do Crato era representativo da dimensão que a tradição de adiantamento e superioridade tinha no curso da vida social e cultural da cidade:

O primeiro número de Itaytera constitui prova exuberante do potencial intelectual da Princesa do Cariri. Na verdade, Crato já congrega um número crescido de intelectuais que estão dando o maior brilho às letras cearenses. Incontestavelmente Itaytera assinala um ponto alto no desenvolvimento cultural do Crato. A heróica cidade sul cearense reafirma a sua capacidade de liderança através do vigor mental de seus filhos (ITAYTERA, n° 02, 1956, p. 266).

De publicação anual, a Revista Itaytera publicou textos destinados a registrar a produção cultural da região, especialmente na área da história, cuja marca, no entanto, evidenciava a cidade do Crato como impulsionadora do “engrandecimento” regional. Sobretudo nas duas primeiras décadas de existência, a intenção dessa revista era provar ao leitor que *desde sempre* o Crato, “pelas suas reservas acumuladas em duras pelepas cívicas e sacrifícios” (ITAYTERA, n° 02, 1956, p. 266), esteve credenciado a tomar posição de vanguarda na luta para valorização do interior cearense.

O lançamento da revista já era previsto no estatuto do ICC, mas o seu primeiro número só veio a lume dois anos após a fundação da entidade, quando esta já tinha definido as prioridades dentro do seu programa de trabalho e conseguido as subvenções para impressão. Assim, em março

de 1955, a revista *Itaytera* foi publicada pela primeira vez, com uma tiragem de setecentos exemplares.

O primeiro número apresentou-se com cento e oitenta e oito páginas, nas dimensões 15 x 22cm, dimensões que foram mantidas ao longo de suas 44 edições; a média de páginas, no entanto, variou entre duzentos e duzentos e cinquenta. O nome da revista aparecia estampado na capa sempre em letras vistosas, mas nem sempre maiúsculas. Nos primeiros números não havia uma regularidade na disposição do nome, podendo aparecer na parte superior, central, ou mesmo na diagonal. A propósito da organização textual da revista, não havia uma distribuição regular dos assuntos, podendo ser encontradas, na mesma página, notas bibliográficas, poesias, textos de cunho histórico, discursos, entre outros. A esse respeito seus idealizadores se manifestavam:

Não seguirmos uma rigidez total na distribuição dos trabalhos, nunca foi considerado pecado, entre eminentes intelectuais do sul do país [...]. Muitos deles chegaram até a elogiar essa espécie de anarquia na distribuição dos assuntos e no aproveitamento dos espaços. Acham originalidade e quebra de monotonia das pesadas publicações de cultura, de maneira geral (ITAYTERA, nº 11, 1967, p. 46).

Fundamentados nas críticas positivas que lhes dirigiam “eminentes intelectuais do sul do país,” os idealizadores da *Itaytera* não viam razão para mudanças no modo de confecção da revista. A preocupação maior era que fossem assimiladas as ideias ali difundidas, com especial destaque ao “soerguimento da mentalidade interiorana” (Idem, p. 62).

O nome da revista, que se propunha a ser “um retrato fiel de um povo politizado [e] consciente das suas responsabilidades perante a história” (ITAYTERA, nº 13, 1969, p. 77), foi sugerido pelo sócio fundador que mais se dedicou à escrita da história no ICC, o padre Antonio Gomes de Araújo. A explicação por ele dada foi a seguinte: “**Ita**, pedra, **Y** ou **Yg**, água, **tera**, por entre, isto é, água que corre, precipitando-se por entre as pedras.”<sup>1</sup>

Outro sócio fundador, o já citado historiador Figueiredo Filho, certa vez afirmou que a corruptela do termo o fez passar de *Itaytera* para *Batateira* – como ficou popularmente conhecida a nascente daquele rio – não havendo, entretanto “notícias de batatas nas margens daquela corrente, que justifique o nome que lhe puseram os primeiros colonos” (ITAYTERA, nº 01, 1955, p. 01).

Por essa definição, parecia óbvio aos idealizadores da revista que o termo *Itaytera* representava toda a pujança da natureza cariense, estando bem justificada sua escolha para denominar a revista. Ora, se era possível aceitar que as águas do rio, vencendo as pedras, teriam

---

<sup>1</sup> O padre Antonio Gomes extraiu tal definição a partir do texto que Marcos de Macedo escreveu no *Dicionário Geográfico Histórico e Descritivo do Estado do Ceará*, de autoria de Álvaro Gurgel de Alencar, publicado em 1903. Nesse texto, Macedo afirma que foram os índios tupis que designaram de *Itaytera* “o maior e mais belo manancial do Araripe”.

tornado “ubérrimo” o vale do Cariri, não seria absurdo pensar que cabia à publicação homônima atuar como o “canal da inteligência regional” (ITAYTERA, nº 03, 1957, p. 241). No entanto, para que esse canal seguisse bem o seu curso a revista precisava de apoio financeiro que assegurasse sua sobrevivência material e o triunfo de seus ideais.

Em quase meio século de existência, Itaytera manteve-se financeiramente por meio de anunciantes – bancos, indústrias, comércio, colaboradores individuais – e da prefeitura municipal, muitas vezes através de projetos apresentados pela câmara de vereadores, que destacavam:

[Itaytera] tem trazido para o Crato a admiração de todo o país, pois toda a Nação um dia sentiu que no Crato existe uma plêiade de homens que pensam e vivem em dia com o mundo das letras. [...] O Instituto Cultural do Cariri é uma sociedade pobre, modesta, porém não deixa de ter o arrojo e audácia de realizar os seus empreendimentos. [...] Ajudemo-lo na sua caminhada pelo mundo das letras, dando este auxílio à Itaytera (ITAYTERA, nº 03, 1957, pp. 241-42).

O apelo incitava o poder público a investir na publicação da revista, dando mostra que a municipalidade prestigiava a inteligência e fomentava o desenvolvimento das letras. Dizia-se que tal investimento garantiria ao Crato um lugar de destaque no firmamento literário, refletindo o desenvolvimento de sua vida cultural e levando para a cidade “a admiração de todo o país”. No mais, o domínio da cultura ia sendo definido como um “negócio oficial”, implicando a subvenção que pudesse assegurar a produção, difusão e consagração do trabalho empreendido pelo ICC.

Pode-se objetar que os recursos destinados ao incentivo do talento de “uma plêiade de homens que pensavam e viviam em dia com o mundo das letras” dependeram, em boa parte, do grau de influência pessoal e do lugar que essas pessoas ocupavam na sociedade. Como indício, tem-se que um dos acadêmicos do ICC, Décio Teles Cartaxo, era prefeito do Crato à época da fundação do Instituto.

Apesar disso, nem sempre o ICC contou com o auxílio de que necessitava, atribuindo a falta de apoio a uma possível

[...] insensibilidade que nos ronda nestes tempos empedernidos em que as coisas do espírito são tidas como algo perfeitamente dispensável. Pelos néscios, é claro. Embora doa-nos saber que no mais das vezes são exatamente os incautos e incultos que detém o Poder e o mando, inclusive sobre assuntos de cultura (ITAYTERA: 1988, nº32, p.134).

Enquanto a crítica aqui se dirigiu sem especificações aos responsáveis pelo setor cultural “no nosso combalido Estado”, o editorial da revista Itaytera do ano de 1990 tornou explícito o nome de quem, supostamente, nem se esforçava em contribuir com a publicação da referida revista:

[...] não poderíamos deixar de registrar a omissão da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará. Por duas vezes o ICC esteve, pela pessoa do Diretor da ITAYTERA [...], em audiência oficial, com a Secretária de Cultura, Violeta Arraes, e, infelizmente, nada conseguiu. Só promessas, não concretizadas [...]. É válido esperar que haja, no futuro governo, mais compreensão e apoio para a obra cultural que realizamos no interior. A esperança é a última que morre (ITAYTERA: 1990, nº34, p.03).

A estratégia de expor a então secretária de cultura ao constrangimento público queda, no entanto, em flagrante contradição quando, na página seguinte à denúncia de suposto desinteresse por parte de Violeta Arraes, foi publicada uma nota sobre a ausência de políticas culturais que afetava todo o país, reconhecendo que em decorrência disso “nos Estados, as Secretarias de Cultura debatem-se com a falta crônica de recursos, refletindo-se a situação, em caráter ainda pior, nos Municípios” (ITAYTERA: nº34, 1990, p.04).

É preciso dizer que a crise sobre a qual revista estava se referindo correspondia à reforma institucional promovida pelo governo do presidente Fernando Collor, que transformou o Ministério da Cultura, criado em 1985, em Secretaria de Cultura, diretamente vinculada à Presidência da República. Segundo a historiadora Lia Calabre (2009, p.111), houve nesse período uma redução de mais de 50% no investimento de recursos para área da cultura, fazendo com os estados tivessem gastos cada vez mais crescentes nesse setor enquanto ocorria o oposto com o governo federal. O ápice da crise foi no ano de 1992, já no governo do presidente Itamar Franco, quando se chegou “ao índice mais baixo de investimento em todo o período de existência do Ministério da Cultura” (Idem).

Não se pode dizer, contudo, que essa situação de “ficar pedindo ajuda, pessoalmente, a um e a outro” (ITAYTERA: nº34, 1990, p.04), fosse novidade dentro do ICC. Como dito anteriormente, desde o ano de publicação do primeiro número, em 1955, os diretores da Itaytera reclamavam apoio do poder público local, valendo-se do argumento que investir na publicação daquela revista era um meio dos governantes demonstrar o quanto prestigiava e fomentava o desenvolvimento da vida cultural na cidade do Crato e, por extensão, na região do Cariri.

Com ou sem financiamento público, tendo em vista que particulares também colaboravam com patrocínio, a revista era impressa na cidade do Crato pela Tipografia Imperial. A publicação resultava de uma dosagem entre as contribuições literárias (poesias, relatos de viagem), as matérias institucionais (cobertura das atividades do ICC e eventos culturais), além dos ensaios voltados para questões políticas, econômicas, sociais, geográficas, todos eles em busca de liames com o passado. Nem sempre esses artigos eram assinados, sugerindo que seus idealizadores queriam expressar uma visão única sobre determinado assunto. Quando assinados, ressaltava-se que a direção do ICC e a comissão de organização da revista não se responsabilizavam pelas ideias dos autores. Se, por um lado, pode-se pensar que isso era uma estratégia para dar testemunho de

uma postura social assumida em conjunto, que reiterava a competência e autonomia intelectual de cada autor, por outro, parecia ser uma tentativa de se desincumbir do encargo de qualquer constrangimento decorrente da publicação dos textos.

É válido lembrar que a revista Itaytera seguiu de perto a orientação de outra revista que fora publicada antes dela. Trata-se da revista A Província, lançada em 17 de Outubro de 1953, durante as comemorações do centenário de elevação do Crato à categoria de cidade. Os editores dessa revista, Florival Matos e F. S. Nascimento, diziam que a intenção era “oferecer ao Crato uma publicação que [dissesse] Brasil afora, o que foi o nosso passado heróico e o que representa a nossa cultura e a nossa vida, neste vale de lutas e sacrifícios que é o Cariri” (A PROVÍNCIA, nº 02, 05/07/1954, p. 01).

Apesar do esforço de divulgação a que se destinou, a revista A Província teve vida breve, com apenas três números. O fato de ter sido um empreendimento particular, que não contou com outras fontes de recursos, talvez tenha favorecido o seu desaparecimento no ano de 1955. Duas décadas depois, no entanto, o projeto da revista A Província foi retomado pelo professor Jurandy Temóteo e segue ratificando o propósito inicial do seu programa: a valorização da cultura universal pelo regional (CORTEZ, 2000).

Ressalte-se que a relação entre as duas revistas foi estreita. Um dos diretores d’A Província, F. S. Nascimento, pela experiência adquirida com essa publicação, foi o responsável pela revisão e paginação da Itaytera. Como ele também era membro do ICC, algumas notícias deram conta de sua revista como sendo órgão do Instituto, caso da matéria assinada por Waldery Uchoa no jornal *O Unitário*, em 09 de Janeiro de 1954:

Crato é uma das cidades do Ceará onde mais está florescendo o culto à inteligência. Recentemente ali foi fundada uma instituição de cultura que se prenuncia de vida ativa e programa vasto. Referimo-nos ao Instituto Cultural do Cariri que deu mais um passo significativo no domínio das letras, com a publicação de uma excelente revista intitulada “A Província” [que] apresenta-se com feição moderna, bem impressa [...]. Iniciativas assim, deste porte, dignificam a terra e a elevam no conceito dos seus amigos e admiradores. Conhecemos, de perto, o trabalho enorme que reclama a tiragem de uma revista literária, notadamente quando se quer fazer uma coisa mais ou menos boa como esta “A Província.” Podemos, assim, ter uma idéia do que foi a luta [...] para tornar bela realidade o nobre ideal de dotar o Crato de uma boa revista [...].

A confusão de Uchoa até que tinha algum fundamento. No ICC dizia-se que “apesar de ser uma revista particular,” A Província merecia dos seus membros a colaboração “como se ela fosse a revista do Instituto” (ATAS DO ICC, 14/05/1955, livro 1, fls, 21v). Assim sendo, buscava-se estimular os membros do ICC a acompanhar de perto os trabalhos daquela revista de “feição moderna e bem impressa,” que buscava atrair olhares admirados e revelar “o culto à inteligência” que estaria em sintonia com o mais “moderno jeito” de produzir jornais e revistas naquele período

de crescente urbanização do país. Por isso, havia quem acreditasse que a publicação de tais revistas prenunciava a modernização da cidade do Crato e a elevação de seu nível cultural e material. Nesse sentido, os idealizadores de *A Província* e *Itaytera* queria fazer crer que o caminho para se alcançar tal crescimento seria o culto à inteligência e ao passado de glórias.

Bem por isso as duas publicações vieram a lume na comemoração de centenários. *A Província*, nos festejos do Centenário do Crato; já *Itaytera* na comemoração do centenário da imprensa cratense, rememorando a publicação do primeiro jornal publicado na região do Cariri: *O Araripe*, fundado em 1855 pelo jornalista João Brígido dos Santos.

De fato, o engajamento do ICC em construir memórias tornava-se ainda mais evidente naqueles momentos de celebrações efusivas:

O Instituto Cultural do Cariri já está elaborando um vasto programa das comemorações [do centenário da imprensa local], incluindo uma sessão magna em que falarão diversos oradores e uma exposição da coleção de “O ARARIPE”, que pertencia ao nosso primeiro presidente – Dr. Irineu Pinheiro. O aparecimento de “O ARARIPE” marca o predomínio intelectual do Crato no Cariri, razão pela qual todos os cratenses são convidados a se associarem às comemorações centenárias da sua imprensa, imprensa valiosa, que sempre tem sido um dos baluartes do nosso progresso (*ITAYTERA*, nº 1, 1955, p. 174).

Não parece ter sido obra do acaso o lançamento das revistas em datas tão significativas. Certamente esta era uma forma de arregimentar empenhos na sustentação da ideia de que o Crato esteve *desde sempre* destinado ao progresso, celebrando a pretensa vanguarda de patriotismo e letramento.

Não se esqueça de que o propósito da revista *Itaytera*, segundo as conveniências conjunturais de sua fundação, era afirmar que os cratenses vinham de longe marchando para a notoriedade, o que nos termos do ICC era escrito como “píncaros da glória.” Nessa concepção, as experiências dos antepassados assumem contornos de trajetória exemplar, quase como uma pedagogia da tradição. Daí para a mitificação das figuras cratenses como protagonistas da História era um passo, elevando-as à condição de heróis.

Os membros do ICC postaram-se, então, como “porta voz da grandeza histórica, moral e material desta terra abençoada, desta nobre terra que sempre foi guiada por um ideal superior, baseado nas mais sublimes e nobres causas” (*ITAYTERA*, nº 1, 1955, p. 59-60).

A importância do registro dos feitos desses “heróis,” que teriam agido “guiados por um ideal superior,” foi demonstrada num dos artigos do primeiro número da revista *Itaytera*:

Precisamos (e estamos tentando) documentar para o futuro o que o passado e o presente tiveram e tem de mais significativo – em todos os campos – quer político, histórico, sociológico ou religioso. [...] Há pioneiros batalhando

incessantemente pela verdade histórica, como o Pe. Antonio Gomes e José de Figueiredo Filho, amantes inveterados da nossa terra e das nossas cousas, pesquisadores incansáveis dos nossos fatos sociais. [...] Reconstituirá um Passado de lutas e de glórias, um Passado de figuras portentosas como a de Tristão Gonçalves, Martiniano, Barbara de Alencar [...] todas elas intimamente ligadas, cada qual ao seu modo, a história do Crato, a nossa terra e a nossa gente (1955, pp. 59-60).

Torna-se evidente, por esta citação, a busca de criar um panteão de heróis para a cidade, discorrer sobre suas vidas incluindo-as, no mais das vezes, sempre às voltas com dilemas morais, intelectuais e políticos. Colocados como representantes do amor incondicional ao civismo, de um senso patriótico, a intenção era de que esses heróis acabassem tornando-se imunes aos julgamentos que comprometessem a “nobreza” de suas ações, em detrimento dos que passaram à vala comum sem direito a nome próprio.

Nesse aspecto, plasmaram-se personalidades que teriam concorrido para dar ao passado um sentido histórico, qualificando-o de singular e digno de veneração. Veneração estendida à cidade que os membros do ICC acreditavam ter feito “história na história do Brasil [conservando] esses heráldicos brasões como símbolos de sua civilização e do seu progresso” (ITAYTERA, nº 12, 1968, pp. 183-4).

Valendo-se de um repertório de histórias vitoriosas, nas páginas da revista Itaytera tratou-se de difundir e consagrar a experiência social de determinados sujeitos. Muito mais que defender o Cariri, como se propôs, a revista foi um espaço de legitimação e divulgação dos discursos que colocavam o Crato como terra conquistadora da civilização e do progresso. Além da Itaytera outras publicações vinculadas ao ICC deram conta do “Crato Histórico”, do “Crato Social”, do “Crato Econômico” ou ainda do “Crato Cultural”. Produções que são portadoras de interesses, vinculações políticas, que também demonstram uma concepção elitista de história e a partir do qual se desenrola a perspectiva dos seus autores. Esses, por sua vez, foram artífices de uma construção cultural cuja força decisiva encontrava legitimação numa posição singular que Crato ocupava, ou deveria ocupar, na sociedade.

À primeira vista, pode parecer a alguns que foi apenas um “interesse elevado” de registrar cada acontecimento glorioso que orientou tais escritos, mas a narrativa desse passado buscou mesmo foi instaurar certa noção de continuidade histórica. Sendo assim, ao selecionar acontecimentos de sua história, o grupo reunido em torno do ICC não só escolheu o que ser lembrado como também conferiu ordenação a essa lembrança, definindo uma história e uma memória para o Crato e seus habitantes.

Tendo essas questões de fundo, é possível afirmar que dentro do ICC organizaram-se dois movimentos. Primeiro, um movimento que procurava evidenciar o lugar central que Crato deveria ocupar na região do Cariri, evocando para isso uma condição *natural* que legitimava a busca

por esse lugar diferenciado. Tal processo construiu o discurso do *desde sempre*, do *naturalmente*, numa suspensão do tempo em que o passado aparecia como constante, imutável, como sendo referencial obrigatório para os projetos de presente e futuro. Um segundo movimento foi o da construção da narrativa histórica que legitimaria um tipo de representação que definia o passado como *histórico*, ou seja, foi o investimento na construção de uma anterioridade que esteve em pauta no ICC.

Segundo os diagnósticos dos próprios membros do Instituto Cultural do Cariri, essa narrativa histórica cumpriria um papel de construtora de tradições e de identidades, tendo em vista que se acreditava que

grupo humano, que ignore as próprias raízes étnicas e sociais, convergentes no momento histórico de sua formação, perfila-se qual filho bastardo, alheio, por exemplo, à trama que presidiu seu aparecimento, e a explicação, no presente, das tendências legadas pelos elementos formadores (ITAYTERA, 1957, nº 03, p. 03).

Como esses processos de construção de identidade demandam tempo e esforço, o ICC utilizou-se do passado como lugar estratégico para que a população da cidade se reconhecesse na identificação adjetivante de *ser cratense*. Não só a narrativa historiográfica assumiu papel essencial nessa constituição; a própria festa de comemoração do centenário de elevação à categoria de cidade foi uma das facetas pelas quais, deliberadamente, o ICC fez usos do passado (VIANA, 2011).

Foi, então, “relembrando, todos os seus heróis do passado, que [...] tão bem se portaram em busca de seu adiantamento” que o grupo reunido em torno do Instituto Cultural do Cariri acreditou servir ao Crato, com a certeza de que estavam “trabalhando para o seu próprio bem e executando uma honrosa missão” (Jornal FOLHA DA SEMANA, 17/10/ 953, p. 02).

A historiografia ali produzida elaborou a construção do passado cratense para que ele servisse como guia de orientação. Nesse sentido, os discursos produzidos no ICC criaram uma genealogia de heróis, estabeleceram datas e fatos fundantes, definiram os episódios históricos, tudo isso na tentativa de estruturar sentidos morais, políticos ou identitários que legitimassem as representações sociais que faziam desse mesmo passado.

Sem insistir na questão de estarem certos ou não os membros do ICC, tentou-se estabelecer aqui um vínculo efetivo entre esse grupo intelectual e as significações construídas sobre a cidade do Crato, num período absolutamente determinante para a definição de um passado histórico usado como bom argumento para afirmar que nenhuma outra cidade cearense, quiçá do Brasil, teria “a virtude de fundir a experiência secular de seus heróis do passado” ao olhar “firme e confiante exclusivamente no futuro” (ITAYTERA, nº 12, 1968, pp. 184-5).

Foi, portanto, a partir da criação do Instituto Cultural do Cariri que surgiu um lugar institucional destinado à preservação da história e da memória local. Trata-se de um lugar que foi

buscar no passado a justificativa para a tarefa que se impunha: traçar um perfil para a cidade do Crato que fosse capaz de garantir uma identidade própria e que esta identidade, atuando externa e internamente, forjasse tradições que servissem de escudo e espelho frente a um futuro incerto.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CALABRE, Lia. *Políticas Culturais no Brasil: dos anos 1930 ao século XXI*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CORTEZ, Antonia Otonite de Oliveira. *A construção da “cidade da cultura”*: Crato (1889-1960). Rio de Janeiro, 2000. UFRJ. Dissertação de Mestrado.

DOSSE, François. *A História*. São Paulo: EDUSC, 2003.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma História Nacional* In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 1, 1998.

OLIVEIRA, Almir Leal de. *O Instituto Histórico, Geográfico e Antropológico do Ceará – Memória, Representações e Pensamento Social (1887-1914)*. PUC –São Paulo. Tese de Doutorado.

SCHWARCZ, Lília Moritz. *O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIANA, J. Italo Bezerra. *O Instituto Cultural do Cariri e o centenário do Crato: memória, escrita da história e representações da cidade*. Dissertação de Mestrado. Fortaleza: UFC, 2011.